

Viagem de Vargas a Paraíba custou R\$ 100 mil a Youssef

Murilo Gatti

O frete do avião de luxo Learjet 45, fretado para transportar a família do vice-presidente da Câmara dos Deputados, André Vargas (PT), em viagem de férias de Londrina a João Pessoa, na Paraíba, custou R\$ 100 mil, segundo denúncia da Revista Veja. O valor foi pago a Elite Aviation, uma empresa de taxi aéreo de Salvador, na Bahia, pelo doleiro Alberto Youssef, preso há 15 dias na Operação Lava Jato da Polícia Federal (PF).

O inquérito corre em segredo de Justiça, mas segundo a PF envolve a lavagem de R\$ 10 bilhões em transações feitas clandestinamente em sete estados brasileiros. Anteontem, ao jornal Folha de S. Paulo, que também denunciou a ligação de Vargas com Youssef, o deputado alegou que solicitou o avião porque o preço dos voos comerciais estavam impraticáveis. "Não sei se o avião é dele, ele foi dono de hangar e eu perguntei se ele conhecia alguém com avião", disse.

Ontem, Vargas foi procurado para esclarecer o episódio e as denúncias da Folha e da Veja, mas o deputado não atendeu às ligações da reportagem e optou apenas por divulgar uma nota à imprensa. "Conhecer alguém há 20 anos não é crime. Alberto Youssef é empresário de minha cidade. Dono do maior hotel da cidade. E os encontros, contatos e a relação se deram dentro da legalidade. Qualquer homem público poderia passar por isso", diz a nota divulgada pela assessoria.

A nota tem relação com as mensagens de texto trocadas entre Vargas e Youssef, que teriam sido obtidas durante a investigação da PF, e que foram publicadas pela Folha e Veja. Uma das conversas publicadas pela revista mostra que "no dia 2 de janeiro, véspera da viagem de férias da família, Vargas e Youssef trocaram vinte mensagens sobre o avião. "Tudo certo para amanhã. Daqui a pouco te passo o tel. do comandante... Duração do voo: 3h45 minutos, João Pessoa, Paraíba", avisa Youssef a Vargas. "Tem o telefone da América?", pergunta o deputado, referindo-se ao hangar onde o avião chegaria. "Da América, não. Mas é só buzinar no portão que eles abrem", orientou o doleiro. "Valeu irmão", devolveu Vargas. "Boa viagem e boas férias abs (sic)", responde Youssef", divulgou a reportagem de Veja.

Segundo deputados paranaenses ouvidos pela reportagem, as denúncias contra o vice-presidente reverberaram ontem nos corredores da Câmara, mas até o começo da noite não havia nenhuma solicitação formal de investigação ou questionamentos contra a conduta do deputado. Vargas, que não compareceu ao Congresso ontem.

A assessoria de imprensa da PF no Paraná informou ontem que desconhece o vazamento das informações do inquérito da Operação Lava Jato e das mensagens de texto. A única confirmação é que treze pessoas permanecem presas preventivamente em Curitiba, entre elas o doleiro Youssef e o ex-diretor de Refino e Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa, que na semana passada teve pedido de habeas corpus negado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4)

Costa, segundo reportagem da Folha de S. Paulo foi nomeado para a Petrobras por indicação do ex-deputado federal José Janene (PP), também de Londrina, que morreu em 2010 e que era um dos réus do Mensalão. O ex-diretor que inicialmente prestaria apenas depoimento à PF foi preso sob acusação de destruir documentos. Contra ele também pesa o fato de ter ganhado um veículo avaliado em R\$ 250 mil do doleiro Youssef e por ter R\$ 1 milhão, em dinheiro, guardado em casa. Costa também é investigado pelo Ministério Público

Federal do Rio de Janeiro por conta da compra da refinaria de Pasedena, no Texas, em 2006, pela Petrobras.

PEDIDOS DE DUAS CPIS

Numa resposta à oposição, PT e PMDB apresentaram ontem pedido de criação de outra CPI da Petrobras no Senado. O pedido, lido em sessão plenária à tarde, inclui nas investigações temas que desgastam dois futuros adversários da presidente Dilma Rousseff nas eleições de outubro: o senador Aécio Neves (PSDB-MG) e o governador Eduardo Campos (PSB-PE). Antes da apresentação do pedido de CPI dos governistas, o Senado já havia lido o pedido da oposição para investigar a Petrobras. A diferença entre os dois é que a CPI da oposição mira apenas a empresa estatal, enquanto a dos aliados de Dilma estende as investigações ao cartel do metrô em São Paulo e no Distrito Federal, a construção do Porto de Suape (PE) e a Cemig, empresa energética de Minas. Mas as duas CPIS correm o risco de não serem instaladas. Embora as duas estejam criadas automaticamente com a leitura dos pedidos no plenário do Senado, o PT apresentou questionamento ao presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), acusando as duas comissões de não terem fato determinado. /// Folhapress

ENVOLVIMENTO COM PAOLICCHI E BELINATI

O doleiro Alberto Youssef, de Londrina, é um antigo conhecido dos escândalos financeiros e políticos do Paraná. Nos anos 1990, ele esteve ligado com um dos maiores desvios de recursos municipais em Londrina, batizado de Caso Ama/Comurb, que acabou com a cassação, em 2000, do prefeito Antonio Belinati. Na mesma época, também foi citado e ainda é réu em ações civis públicas relacionadas ao caso Paolicchi, que também em 2000, resultou na cassação do ex-prefeito de Maringá, Jairo Gianoto. O esquema, em valores da época, teria causado um rombo de R\$ 100 milhões nos cofres públicos maringáenses. No final dos anos 90, Youssef era dono de casa de câmbio em Londrina. O doleiro teria lavado dinheiro e movimentado contas fantasmas em bancos para o desvio de verbas públicas, causando um prejuízo também em torno de R\$ 100 milhões à época, em Londrina. Em dezembro de 2000, o doleiro ficou preso por 19 dias. Depois, voltou a ser preso em janeiro de 2001 e, mais uma vez, foi solto com liminar concedida pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em 2004, foi condenado pela Justiça Federal a 7 anos de prisão em regime semiaberto por envio ilegal de dinheiro para o exterior. Cumpriu a pena na cadeia por 1 ano e 2 meses e o restante em liberdade, sendo beneficiado pela delação premiada, pois entregou outros envolvidos. No meio político londrinense, Youssef ainda teve ligação com o ex-deputado federal José Janene. Ele foi citado no esquema do Mensalão por ser dono da corretora Bonus-Banval juntamente com Janene. Até hoje, ações do Caso Ama/Comurb seguem sem julgamento na Justiça. Da mesma forma, a principal ação que cobra o ressarcimento dos desvios da Prefeitura de Maringá ainda tramita, sem previsão de conclusão no Tribunal de Justiça do Paraná.

Recentemente, as ligações com o Caso Ama/Comurb acabaram atingindo o deputado federal André Vargas (PT) que, em 3 de maio de 2012 foi condenado pela 1ª Vara da Fazenda Pública de Londrina por improbidade administrativa. Ele foi punido com multa de R\$ 10 mil referente a uma fraude em licitação de 1998 da Ama, no valor de R\$ 148 mil. Vargas teria coordenado campanha eleitoral em 1998 e os recursos foram utilizados no financiamento da campanha a deputado de Antonio Carlos Belinati e do atual ministro das Comunicações,

Paulo Bernardo. Quando da decisão, Vargas negou saber da origem do dinheiro doado e chegou até a se colocar à disposição para devolver a quantia, caso fosse comprovada a origem ilícita. /// Alexandre Sanches